

A cautela com a renegociação

O governo brasileiro procura ganhar tempo antes de iniciar negociações com o Fundo Monetário Internacional. Com isso, tem em vista dois objetivos: por um lado, submeter a prova a nova política econômica; por outro, apresentar ao organismo internacional dados reais e metas que possam ser alcançadas. Mas isso não significa que, conforme afirmou em Viena, na reunião do BID, o diretor da área externa do Banco Central, sr. Sérgio Freitas, o Brasil queira "impor" ao FMI e aos bancos estrangeiros credores um novo esquema de negociação.

A chegada da delegação de economistas do FMI ao Brasil e a presença, em Washington, do presidente do Banco Central, sr. Antônio Carlos Lemgruber, poderiam dar a impressão de que o governo já iniciou a nova fase de renegociação com o FMI. Naturalmente, o Brasil e o organismo internacional encontram-se em negociação permanente, mas os economistas do FMI vieram agora ao Brasil para coligir os dados que servirão de base à redação da sétima (ou sétima bis) carta de intenção, e não para discutir os novos termos, ou se-

ja, o conteúdo da carta, cujo texto, na redação anterior, nem chegou a ser enviado ao board do organismo internacional.

O novo presidente do Banco Central foi a Washington e a Nova York a fim de apresentar-se aos diretores do FMI e ao comitê de assessoramento dos bancos privados. É possível que ele aproveite a oportunidade desse primeiro contato para notar que o diretor da área externa do Banco Central não expressou, na reunião do FMI, o pensamento das autoridades monetárias brasileiras, mas apenas manifestou uma opinião pessoal. O Brasil pretende manter as normas da discussão com o FMI, como também respeitar o esquema já concertado com os bancos credores.

O governo brasileiro tenciona observar as normas fixadas, mas procura oferecer ao Fundo Monetário Internacional provas de sua seriedade. Ao analisar as relações com essa instituição, as autoridades brasileiras notaram que, sob a pressão do próprio FMI, o governo anterior comprometeu-se com metas irrealistas. Deste modo, chegou a empanar o bom nome do Brasil. O novo governo

pretende assumir compromissos que possa cumprir. Está seguindo uma política econômica ortodoxa, certamente apoiada pelos economistas de Washington. Deseja, porém, certificar-se de que, com essa política, obterá os resultados esperados. Por isso, quer iniciar somente em maio a negociação com o FMI. Nessa altura, quase no fim do primeiro semestre, e com a nova sistemática do cálculo da correção monetária, será mais fácil avaliar-se o montante do déficit no término do semestre em curso. O FMI não poderá pedir que se faça tábula rasa do passado, ainda que os resultados alcançados tenham sido muito diferentes daqueles que o anterior governo havia anunciado. Mas as autoridades brasileiras teriam então, pelo menos, condições de apresentar, para o segundo semestre, metas estabelecidas com muito maior seriedade.

O FMI estará talvez considerando que o novo governo está tardando a reiniciar as conversações. Mas precisa entender que ele não pode assumir compromissos de chofre, antes de traçar sua linha política. Além disso, tem de considerar que a enfer-

midade do presidente eleito criou novos obstáculos à concepção dessa política. O importante é demonstrar ao FMI que o governo decidiu seguir o caminho da austeridade para reverter a difícil situação em que se encontra o País.

A nosso ver, o mais difícil e complexo será convencer o FMI de que não se pode operar milagres e de que em seis meses não se poderá fazer cair a inflação até uma taxa aceitável nem eliminar o déficit público que exige reformas estruturais.

Se, antes do fim de maio, tiverem sido iniciadas as conversações com o FMI, será possível esperar que os bancos credores concordem em dar ao Brasil uma prorrogação de um ou dois meses do acordo que expira em maio e que permitiu a rolagem da dívida externa nos termos acertados na fase II da renegociação. Quando o País receber o sinal verde do FMI, será fácil chegar a um acordo com os bancos comerciais, pois a intenção do governo é apenas atualizar os dados do acordo que havia sido praticamente concluído por Affonso Celso Pastore e que é considerado muito favorável.